

Unidade Curricular

Espaços Políticos – Participação e Representatividade

Material de apoio à ação
docente



**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E ESPORTES**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO**

Secretário de Educação e Esportes

Marcelo Andrade Bezerra Barros

Secretário Executivo Planejamento e Coordenação

Leonardo Ângelo de Souza Santos

Secretária Executiva do Desenvolvimento da Educação

Ana Coelho Vieira Selva

Secretária Executiva de Educação Profissional e Integral

Maria de Araújo Medeiros

Secretário Executivo de Administração e Finanças

Alamartine Ferreira de Carvalho

Secretário Executivo de Gestão da Rede

João Carlos Cintra Charamba

Secretário Executivo de Esportes

Diego Porto Perez



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

Equipe de elaboração

Leticia Ramos

Equipe de coordenação

Alison Fagner de Souza e Silva
Chefe da Unidade do Ensino Médio (GEPEM/SEDE)

Durval Paulo Gomes Júnior
Assessor Pedagógico (SEDE/SEE-PE)

Revisão

Chrystiane Carla S. N. Dias de Araújo
Rosimere Pereira de Albuquerque



Sumário

1. Apresentação	5
2. Espaços políticos no Brasil e no mundo	8
Orientações para realização de atividades	16
Orientações para a Avaliação	17
3. Município - A unidade político-administrativa onde vivemos	18
Orientações para realização de atividades	19
Orientações para a avaliação	22
4. Modos de participação política	23
Orientações para realização de atividades	24
Orientações para a avaliação	25
5. Conceitos de representação	26
Orientações para realização de atividades	31
Orientações para a avaliação	33
6. Desafios e princípios éticos da representação	34
Orientações para realização de atividades	35
Orientações para a avaliação	36
7. Participação, representação e o ambiente escolar	37
Orientações para realização de atividades	39
Orientações para a avaliação	39
8. Referencial Bibliográfico	40



I. Apresentação

Prezado professor,

Espaços Políticos: participação e representatividade é uma Unidade Curricular obrigatória da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Pernambuco. Compõe a matriz curricular do 2º ano na trilha *Juventude, Liberdade e Protagonismo*; do 3º ano da trilha *Diversidade Cultural e Territórios*; e como optativa na trilha *Direitos Humanos e Participação Social*, e, em todas, poderão ser ministradas por professores de Sociologia, História, Geografia e Filosofia.

Fundamentada pela Portaria nº 1.432/2018, que orienta a elaboração dos Itinerários Formativos, a referida UC se insere no *eixo estruturante Mediação e Intervenção Sociocultural* cuja ênfase é ampliar a capacidade dos estudantes de utilizar conhecimentos relacionados a uma ou mais áreas de conhecimento, à formação técnica e profissional, bem como a temas de seu interesse para realizar projetos que contribuam com a sociedade e o meio ambiente.

Voltada para o desenvolvimento de análise crítica e investigativa dos estudantes e o aproveitamento dessas aprendizagens em ações do cotidiano, a ementa da referida UC propõe estudar:

História dos espaços políticos no Brasil e no mundo. Pesquisa acerca dos espaços onde ocorrem a política hoje no seu município. Debates sobre os modos de participação política, possíveis e eficientes, da comunidade em que vive. Análise e discussão dos conceitos de representação. Avaliação dos desafios e os princípios éticos que compreendem a representação. Desenvolvimento de práticas que reproduzam ações de participação e representação, envolvendo o ambiente e a comunidade escolar. (PERNAMBUCO, 2021, p. 507).



Em Pernambuco, a elaboração da Unidade Curricular “Espaços Políticos: participação e representatividade” é resultado das reflexões coletivas com professoras e professores nos seminários regionais e estaduais realizados em 2020, no intuito de debater e evidenciar que todo indivíduo tem o direito e dever de participar ativamente dos espaços políticos, representar e ser representado, formular e aplicar políticas públicas e/ou eleitorais que envolvam a vida em sociedade.

Como referência para o ensino e aprendizagem da mencionada UC, foi estabelecido o desenvolvimento da seguinte habilidade:

(EMIFCHS09PE) Propor e elaborar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural, por meio de análise dos espaços sociais que buscam intermediar as relações entre sociedade e Estado, desde conselhos escolares, associações de moradores a assembleias legislativas, dentre outros lugares destinados a atos políticos, discutindo os princípios democráticos que conduzem estes espaços e vivenciando suas funções, de maneira direta e/ou indireta (PERNAMBUCO, 2021, p. 474).

Para esse fim, o foco pedagógico para definir os objetivos de aprendizagem envolve:

- (i) o *diagnóstico da realidade sobre a qual se pretende atuar, incluindo a busca de dados oficiais e a escuta da comunidade local* sobre os espaços onde ocorrem a política hoje no município; (ii) *ampliação de conhecimentos sobre o problema a ser enfrentado*, mediante pesquisa e análise da história dos espaços políticos no Brasil e no mundo; (iii) *planejamento, execução e avaliação de uma ação social e/ou ambiental que responda às necessidades e interesses do contexto*, através de debates sobre os modos de participação política, possíveis e eficientes, da comunidade em que vive e (iv) *superação de situações de estranheza, resistência, conflitos interculturais, dentre outros possíveis obstáculos, com necessários ajustes de rota*, avaliando os desafios e os princípios éticos que compreendem a representação, visando ao desenvolvimento de práticas que reproduzam ações inclusivas de participação e representação.



**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E ESPORTES**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO**

É claro que esse material de apoio não pretende ser exclusivo para o desenvolvimento desta Unidade Curricular, contudo, apresenta concepções, dados quali/quantitativos e sugestões de atividades que possam ampliar o trabalho do professor. Ao mesmo tempo que intenciona instigá-lo a usar a autonomia intelectual, metodologias e estratégias de ensino para possibilitar aos estudantes compreender a importância do tema abordado para a sociedade atual e suas futuras gerações; a participar de maneira ativa das discussões propostas; a avançar no debate democrático global e local, de maneira empática e colaborativa; a propor novas práticas e ideias de forma coletiva e igualitária; e a respeitar a diversidade e agregar as diferentes falas.

Excelente trabalho para todas e todos!



2. Espaços políticos no Brasil e no mundo



O conceito de espaço político foi utilizado pioneiramente por Anthony Downs (1957) como o espaço da competição eleitoral, na qual eleitores racionais se alinham num *continuum* de esquerda-direita. A partir de seus estudos, firmou-se uma corrente de análise espacial na ciência política norte americana, importante para

estudos no qual se identificavam os espectros ideológicos da preferência dos eleitores como conservadores ou progressistas (Stokes, 1963).

D'Alimonte (2003, p.392) explica que “por espaço político se entende a área de conflito que constitui a relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico”. Mesmo que nessa perspectiva teórica, o espaço seja considerado metafórico e não considere qualquer componente que permita identificar este espaço abstrato da competição eleitoral como geográfico, é importante observar, como fizeram muitos geógrafos, o quanto existe de expressão espacial do voto já identificada pela geografia eleitoral e o quanto o espaço político da competição eleitoral adquire visibilidade e materialidade nos espaços legislativos.

Desse modo, o espaço político é apresentado como um conceito que, apesar da origem na ciência política, foi apropriado e ampliado na geografia como um *locus* de ação das políticas públicas e das leis, no sentido de salientar tanto a interação entre o espacial e



o político como a ideia de que há uma essência política no ambiente como indicada por Lefèvre (1974). A condição para buscar uma compreensão do espaço político como um conceito com significação para a reflexão e pesquisa na geografia foi dada a partir de Glassner *et al.* (1967), ao abrirem a possibilidade para novos enfoques na abordagem dos conflitos de interesses nas regiões subnacionais.

Guardadas as várias noções teóricas polissêmicas sobre o espaço político, neste espaço vamos destacar o uso dessa concepção pelos Movimentos Sociais (MPs) e atos políticos, na medida em que os movimentos são identificados como:

Ação coletiva com clara orientação para o conflito com relação a oponentes sociais e políticos específicos, conduzida no contexto de densas redes interorganizacionais, por atores ligados por solidariedades e identidades compartilhadas, seja de classes sociais, gênero, raça, etnia e geração. (ILSE SCHERER-WARREN, 2014).

Nas Ciências Sociais, as discussões sobre a necessidade de espaços e fóruns para a sua efetivação e legitimidade social (Young, 2000) consolidaram as pesquisas sobre espaços políticos que são categorizados, de modo mais geral, como espaços de lutas, de mobilizações por direitos, envolvimento dos cidadãos na governança, de reivindicações, de protestos etc. (Daniel, 2002; Koebel, 2011; Holston, 2013; Cornwall, 2002, 2007; Brockett, 2015). No entanto, esses espaços também podem ser aqueles das redes virtuais, sem materialidade, mas importantes por conectarem movimentos em diferentes lugares do globo ou por facilitarem a conexão entre o espaço virtual e o espaço concreto das mobilizações (CASTELLS, 2013; SMITH, 2015; DEANGELIS, 2015).

A ideia da necessidade de um espaço para a realização da política se encontra também em Hannah Arendt (1998, p. 21-23), quando indica que o homem - como ser que age - constitui o centro da política. Elaborando a ideia do espaço político como um lugar, a autora argumenta que a ação política transborda das casas legislativas - espaços instituídos por excelência - para outros que constituem o seu repto. Mas, ao ponderar que



o agir em comum dos homens acontece essencialmente no espaço político, Arendt (1998, p. 78-79) destaca a função primordial da política na relação entre a força, a possibilidade do indivíduo ou da minoria, e o poder - potência da maioria, como base dos acordos necessários à ordem social e política.

O espaço político é então um tipo de espaço, ao mesmo tempo de encontro, de debates e acordos sobre interesses conflitantes. Pode ser ou não visível e acessível a todos e personifica a materialidade inerente à vida política que supõe não apenas pensar e falar, mas também o agir (Castro, 2012). É, portanto, um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, em defesa de interesses, de negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo. Há, pois na ação no espaço político, uma dimensão instituinte, ou seja, uma conexão com o poder decisório governamental, qualquer que seja a sua escala.

As praças como espaços políticos

As praças, ao longo do tempo, tiveram, pelo menos, três tipos de atividades específicas. Na Antiguidade, eram os espaços de realização política, na Idade Média, ganhou *status* de local de comércio, somente na recente Idade Moderna/ Contemporânea, passou a ser identificado como local de lazer. Assim como outros espaços morfológicos da cidade, as praças têm também a sua História.



"Esta 'praça' pública se caracterizava como um espaço construído, permanente e fixo, que, tinha também um sentido político – era o lugar onde se deliberavam assuntos importantes para a vida dos cidadãos e da sociedade como um todo."

Ágora – Praça da Grécia Antiga - <https://www.vivadecora.com.br/.../arquitetura-grega-antiga/>



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

Na antiguidade grega, mais precisamente em Atenas, surge a palavra que amplia a participação política. Na Ágora, aconteciam as assembleias e os cidadãos exerciam a democracia direta, tendo o mesmo espaço de manifestação. Esse modelo político ateniense focava no princípio da isonomia.

No campo eleitoral, o espaço político é a área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico. Todo sistema político é caracterizado por um certo número de conflitos sobre a distribuição de renda, sobre a intervenção do Estado na economia, sobre as relações Estado-Igreja, ou então sobre os conflitos de natureza linguística, étnica, entre outros. Na medida em que tais conflitos ou linhas de divisão são fatores de mobilização do eleitorado, eles influem no comportamento político dos eleitores e na estratégia dos partidos e, conseqüentemente, no desenrolar da disputa eleitoral. A conformação desses conflitos representa a área do espaço político. Enfim, o espaço político se identifica com o espaço da competição eleitoral nos regimes democráticos de massa.



Revista “Justiça Eleitoral em Debate”



No Brasil, ainda que lentamente, os espaços políticos eleitorais vêm sendo ocupados pelas minorias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Nas eleições municipais de 2020, verificou-se no país um aumento significativo de candidaturas negras, femininas, transexuais e indígenas. Pela primeira vez em nossa história, houve mais candidaturas de pessoas negras (49,9%) do que brancas(48%). As candidaturas femininas aumentaram, alcançando 33,4% do total. Já as candidaturas trans subiram 226% em relação às eleições municipais anteriores, e as candidaturas indígenas cresceram 25% no mesmo período.

Contudo, é importante dizer que o sistema eleitoral vigente no Brasil, de certo modo, rechaça a representação de minorias, ou seja, daqueles que vivem em desvantagem social, embora sejam quantitativamente mais numerosos na sociedade, tendo em vista que o próprio financiamento de campanha privilegia partidos poderosos. Os partidos pequenos que representam essas minorias não conseguem bancar uma campanha equivalente a dos outros e, por isso, não ganham tanta projeção. Nas eleições de 2018, as candidaturas negras ao Congresso Nacional foram as que menos receberam recursos dos principais partidos políticos. Dos 586 candidatos que obtiveram os maiores repasses designados por diretórios nacionais, apenas 24% haviam se autodeclarado negros (pretos e pardos), enquanto 74,9% disseram ser brancos.

Jovens nos espaços políticos

Em relação às juventudes, embora desde 2002, elas tenham demonstrado certo desencanto com a política, estão ocupando os espaços políticos de diferentes formas e a partir de outras perspectivas. Atuam nas ruas, nos territórios, em redes, casas legislativas, coletivos e associações, no Brasil e no mundo. Seguem alguns exemplos:

- Ocupação dos estudantes secundaristas no Brasil pelo acesso à qualidade de ensino público e gratuito;
- Protesto solo de Greta Thunberg com agenda urgente do combate à mudança climática;



- Mobilizações intergeracionais de meninas-mulheres-mães-avós sobre o direito ao aborto, livre, seguro e gratuito na Argentina;
- Passeata/Movimento de adolescentes e jovens chilenas pedindo uma nova constituição;
- Campanha de Malala colocando seu corpo jovem na trincheira pela educação equânime entre homens e mulheres;
- Fetxá Veríssimo que se viu como um dos pajés mais jovens a liderar uma comunidade indígena, sendo homossexual e um dos únicos indígenas do seu território como estudante de direito;
- Passeatas de juventude negra política que tem trazido para o centro a mudança radical que precisa ser feita para que o racismo e o genocídio da população preta seja pauta central de ações progressistas e democráticas.

No que se refere à participação dos jovens como candidatos ou eleitores nos pleitos eleitorais, observa-se que, na última eleição municipal, em 2020, o número de candidatas e candidatos dentro da faixa etária entre 16 e 25 anos de idade foi de 17.147 mil candidaturas válidas, e, segundo o TSE, a participação de eleitores entre 16 e 17 anos neste mesmo pleito foi um dos mais baixos desde 1990. O quantitativo de jovens eleitores também está em queda: em 2020, eram mais de 790 mil jovens entre 16 e 18 anos de idade, o que corresponde a 0,53% do eleitorado, número inferior a 2016, no qual mais de 1 milhão e 170 mil adolescentes podiam votar, o que correspondeu a 1,03% do eleitorado.

Uma pesquisa realizada pelo Jornal Estado de Minas apontou a baixa procura dos jovens entre 16 e 17 anos pela inscrição no título de eleitor. Segundo o Jornal, em fevereiro de 2022, apenas 834.986 mil adolescentes dessa faixa etária tiraram o título, número inferior a 2018, quando mais de 1,4 milhões delas e deles estavam aptos a votar. Esses números são confirmados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao afirmar que dos mais de 6 milhões de jovens nesse intervalo de idades, apenas 13,6% tiraram o título em comparação a fevereiro de 2018, cujo percentual era de 23,3%.



Segundo o jornal, entre as justificativas dos jovens estão: *descrença na política, polarização, discussão com os pais, falta de informação, acreditar que o assunto não interfere na sua vida e o voto ainda não ser obrigatório*, são alguns dos motivos citados pelos jovens ouvidos pela reportagem do Estado de Minas para a falta de interesse em relação à política. Para rever esse quadro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está realizando campanhas nas redes sociais, nos sites, estimulando o alistamento eleitoral e orientando como solicitar a primeira via do título de eleitor. Além disso, diversos artistas brasileiros e até estrangeiros adotaram a estratégia de conscientizar os jovens brasileiros sobre a importância do voto.

A cientista política Camila Rocha afirma que “os jovens têm medo de se envolver e serem cancelados”. Ela explica que, por compreenderem pouco sobre a política, os adolescentes não se sentem aptos para participar de assuntos eleitorais.



Os jovens se multiplicam quando o assunto é fazer da rua o seu espaço político. Em vários momentos, eles foram às ruas em mobilizações políticas. E continuam se apresentando com várias demandas, conforme foto acima.



Para saber mais

- ❖ 1920: As Revoltas Tenentistas
- ❖ 1968: A Passeata dos 100 mil
- ❖ 1984: Diretas Já
- ❖ 1992: O Fora Collor
- ❖ 2013: Um Movimento de muitas Bandeiras, mas com Protagonismo da Juventude Brasileira.

Links:

<http://www.politize.com.br/juventude-> <https://youtu.be/q6fYtoyjHs8>

As lutas sociais no Brasil e no mundo refletem o contexto de ocorrência das grandes transformações socioeconômicas e que não respaldaram todos os setores da sociedade, principalmente, os ocupados pelas minorias. Considera-se que o surgimento dos movimentos sociais se vincula às formas como os grupos sociais se organizaram e se organizam na busca de suas demandas e para superarem as formas de opressão do Estado, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, atuando na construção de uma nova sociedade mais justa e modificada (SCHERER-WARREN, 1989).

O [artigo 5º](#), XVI, da [Constituição Federal de 1988](#) garante o direito à manifestação. Todavia, quando essa manifestação é formada por grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por uma causa social, política, cultural que resultam de lutas sociais históricas de forma organizada e intencional, estamos diante um movimento social.

Os movimentos sociais podem ser divididos em dois tipos:



1. Conjuntural: movimento que surge devido uma demanda específica e tem curto prazo (por exemplo, as manifestações sobre o preço da passagem dos ônibus);
2. Estrutural: movimento que quer conquistar coisas a longo prazo (por exemplo, os movimentos que lutam pelo fim do racismo).

No Brasil, os movimentos sociais ganharam força na década de 70, em oposição ao regime militar. O movimento social mais significativo pós-golpe militar foi o de resistência à ditadura de 1964 e ao autoritarismo estatal (Scheren-Warren, 2005, p.09). Outro destaque da época foi o movimento estudantil que saiu às ruas em grandes manifestações como a Passeata dos Cem Mil; além das mobilizações e ações dos movimentos sindicais, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais.

Nos anos 70, surgiram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) que lutam pelo direito à terra e à moradia.

Com a redemocratização, as demandas passaram a ser de grupos diversos. São os chamados novos movimentos sociais, que emergem nos anos 80 e 90, através dos movimentos feministas, negros, LGBTQIAP+, pelas crianças, pessoas portadoras do vírus da Aids, pessoas com necessidades especiais, indígenas e outros.

Nos anos 2000, observa-se uma efervescência dos chamados movimentos sociais contemporâneos que surgiram através de uma série de lutas por reconhecimento e direitos civis, voltados à questões éticas e de valores humanos, em pauta na sociedade e nas grandes mídias. Por exemplo, o movimento ecológico que se preocupa com o impacto do capitalismo no meio ambiente, reivindicando medidas de proteção ambiental, visando a conscientização da população e a fiscalização dos órgãos governamentais responsáveis pela proteção ao meio ambiente.



Em sala de aula, para além da discussão teórica, vale muito possibilitar aos estudantes debater sobre casos reais de representação, com vistas a realizar um diagnóstico da realidade da representação política atual e da representatividade de grupos diversos, promovendo reflexões sobre quem são nossos representantes políticos e quando, onde e como nos sentimos com relação à representatividade. Orientando atividades e ações de intervenção baseadas em princípios éticos que norteiam a representação e buscam mediar as relações entre sociedade e Estado, entre grupos diversos, entre indivíduos, entre representante e representado.



Para Pensar!

Será que a política institucional está preparada para receber esses jovens eleitos?

E os que estão fora da política institucional, que sociedade estão construindo?
Quais suas referências e agendas prioritárias?

Orientações para a Avaliação

Observar se os estudantes percebem a importância de ocupar os espaços políticos, de problematizar sobre a representação e representatividade, sobretudo, aquelas que falam em nome de um segmento, organização social, partido político e outros.



3. Município - A unidade político-administrativa onde vivemos

Os municípios constituem as unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Alguns possuem distritos que são unidades administrativas dos municípios. A localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal tem a categoria de cidade.

Mapa com regiões político-administrativas de Pernambuco:



O voto é sempre apenas o primeiro passo da atuação de um cidadão engajado. Qual o primeiro local onde exercemos essa cidadania, senão na cidade onde moramos? Contudo, existem diferentes maneiras de participar ativamente da política, além das formas tradicionais de participação na política partidária (como se candidatar a um cargo eletivo, filiar-se ou apoiar um partido político), é possível participar de um conjunto de espaços de participação social garantidos por lei, ou até mesmo criar novas formas e estratégias para influenciar as políticas e decisões públicas.



Orientações para realização de atividades

A seguir, estão sugestões para inspirar a atuação nos espaços políticos em nível municipal, que é a instância mais próxima de exercício da democracia participativa. São apenas algumas possibilidades de atuação como um cidadão protagonista e ativo no controle social e participação nas decisões públicas municipais. Vamos lá:

- ✓ Conhecer mais sobre os Conselhos temáticos da cidade e participar de algum deles, como o Conselho da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente, entre outros.
- ✓ Organizar um grupo de acompanhamento das sessões legislativas que monitore de perto todo o trabalho realizado pelos vereadores – assim como faz o pessoal do *Voto Consciente* (de São Paulo ou Jundiaí, por exemplo), que possuem inclusive uma *cartilha* explicando o método utilizado. Ou simplesmente adotar um vereador para monitorar seu desempenho.
- ✓ Pesquisar nos Portais da Transparência (da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e de Autarquias municipais), tanto para acompanhar as licitações, os gastos e as receitas, quanto para ver se as informações contidas estão de acordo com a *Lei de Acesso à Informação* (para municípios com até 10 mil habitantes).
- ✓ Demandar ao Serviço de Informação ao Cidadão (Lei nº 12.527 de Acesso à Informação), informações públicas que desejar receber para a atuação cidadã. Este canal de comunicação entre governo e sociedade civil, que deve funcionar nos municípios brasileiros, tem a obrigação de disponibilizar dados públicos aos cidadãos interessados.
- ✓ Criar um “Observatório cidadão” que possa acompanhar as metas municipais determinadas pela Prefeitura e monitorar as *políticas públicas* da cidade, algo inspirado nas iniciativas da *Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis*, tais como: a *Rede Nossa São Paulo*, o *Instituto Nossa Ilhéus*, *Ilhabela Sustentável* etc.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

- ✓ Estimular a formação de um grupo específico do *Observatório Social do Brasil* em seu município, cujo foco é o acompanhamento das compras e licitações públicas, por exemplo, o que fazem várias cidades no país organizadas nesta rede.
- ✓ Solicitar o compromisso do *Prefeito* e dos *Vereadores* com o *Programa Cidades Sustentáveis*, para que realizem a elaboração de metas municipais associadas a um conjunto de indicadores que juntos contribuem para uma gestão pública municipal mais sistêmica e efetiva.
- ✓ Participar das Conferências temáticas que ocorrerão na cidade. Elas possuem o objetivo de debater e elaborar propostas de políticas públicas, em áreas como: direitos humanos, *educação*, idosos, *saúde*, mulheres, *segurança*, *meio ambiente*, assistência social etc. É preciso estar atento ao calendário, pois costumam ocorrer a cada dois anos.
- ✓ Articular uma rede de mobilização local, com cidadãos ativos em realizar o controle social na cidade, aos moldes do que fazem as iniciativas da rede *Nossas Cidades (como o Minha Sampa, Minha Porto Alegre etc) ou a Plataforma Engajados*.
- ✓ Adaptar ferramentas digitais já existentes (com licenças livres e códigos abertos disponíveis) para que passem a conter informações específicas sobre minha cidade e auxiliem no controle social, tal como o Login Cidadão, o Legislando ou o De Olho nas Metas.
- ✓ Utilizar alguns aplicativos cívicos e aproveitar a tecnologia a favor da participação e do controle social. Alguns exemplos de Apps: Colab, Cidadera, Monitorando a Cidade etc.
- ✓ Articular ou engajar-se em coletivos ou movimentos sociais dos quais se identifique e, assim, provocar melhorias na cidade.
- ✓ Fomentar ações ativistas, vinculadas ou não a movimentos sociais, também são maneiras de buscar uma maior participação nas decisões públicas e na



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

construção daquilo que é coletivo. A Escola de Ativismo e o Imagina.vc_na política, por exemplo, podem ajudar nessa inspiração.

- ✓ Articular uma iniciativa coletiva em prol da fiscalização municipal, como o trabalho realizado pela Rede Amarribo, que conecta centenas de grupos de diferentes municípios com a missão de praticarem o controle social.
- ✓ Propor a criação de fóruns que discutam políticas públicas da cidade acerca de temas como, por exemplo: “resíduos sólidos”, “mobilidade urbana”, “habitação”, “transporte público”.
- ✓ Articular um grupo de estudos para monitorar alguma área/política pública da cidade (como o Transporte Público, por exemplo) e divulgar boletins para a população. Um exemplo é o trabalho do Observatório Cidadão de Piracicaba, como nesses boletins de Mobilidade Urbana e Transparência Pública.
- ✓ Organizar ou participar de campanhas no Avaaz, Change.org ou no Painel de Pressão, com a consciência de que são ferramentas importantes, mas que é possível complementá-las com outras formas de participação social.
- ✓ Estudar um pouco mais sobre Política e Cidadania e buscar formações especializadas (como este curso de Ciência Política online oferecido de forma gratuita pela USP) e também utilizar plataformas de educação política como o Meu Município ou o próprio Politize.
- ✓ Levar educação política para minha cidade! Você pode, por exemplo, procurar a Escola de Cidadania Criativa do Instituto Terroá, o Pé na Escola ou Fast Food da Política.

Fonte: <http://www.politize.com.br/cidadania-23-formas-de-exercer/>



Orientações para a avaliação

Seria interessante observar a curiosidade dos estudantes sobre os espaços políticos de participação e representatividade no município onde vivem, a identificação de problemas existentes seja de acesso e/ou atuação, a ocupação dessas instâncias públicas democráticas, suas repercussões na vida da população e ideias e sugestões da/os jovens acerca de fomento à representatividade desde as associações de moradores, organizações estudantis, conselhos populares de políticas locais e outros.



4. Modos de participação política

Participar é uma prática social cujo conceito emerge no final dos anos 1960 vinculado à reivindicações estudantis e à luta de grupos pelos direitos já instituídos (PATEMAN, 1992). Nascemos inseridos no grupo social família, depois, ingressamos em grupos de socialização secundária – escola, amigos, clube, trabalho, mais adiante em grupos terciários como partidos políticos e movimentos de classe. Dos movimentos sociais, instâncias governamentais ou associações, cada vez mais, somos solicitados a participar.

Bordenave (1992) destaca que participação derivada da palavra “parte” significa fazer parte, tomar parte ou ter parte. E isso nos leva ao debate sobre participação passiva e a participação ativa, a distância entre cidadão inerte e o cidadão engajado e participação social. Nos setores progressistas, a “participação facilita crescimentos da consciência crítica da população, fortalece poder de reivindicação e prepara para adquirir mais poder na sociedade” (DIAZ BORDENAVE, 1994, p. 12).

A expressão *participação política* é utilizada de forma abrangente e com diversas interpretações. Varia de contexto histórico, social e político. Desde o ato de votar, disputar um cargo eletivo, apoiar um candidato, filiar-se e/ou contribuir financeiramente para um partido político, participar de reuniões, manifestações, comícios públicos, discutir assuntos políticos, é considerado participação política. Conceitualmente o termo está vinculado à conquista de direitos de cidadania, sobretudo à ampliação de direitos políticos para os cidadãos adultos. Assim, ela envolve a possibilidade de influenciar efetivamente as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais, a partir de ações intencionais para impactar agendas públicas.



Orientações para realização de atividades

No estudo desse tema, o professor poderá orientar pesquisa de campo sobre a participação política local e os espaços onde a política municipal acontece, e assim, realizar um diagnóstico da atuação política local; realizar um levantamento e/ou propor ações inclusivas de participação e representação. Estimular a participação estudantil em *debates sobre os modos de participação política, possíveis e eficientes, da comunidade em que vive*. Vejamos algumas sugestões:

- ✓ Participar das reuniões do orçamento participativo (OP) para propor que as demandas coletivas locais entrem no orçamento público. Caso não exista uma OP em sua cidade, proponha a criação de uma na Câmara de Vereadores.
- ✓ Conhecer a associação de moradores, fomentando ações para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, considerando que a associação de moradores pode ser um poderoso instrumento para a comunidade se organizar e pressionar o governo pelos seus direitos.
- ✓ Acompanhar as audiências públicas de sua cidade, seja para discussão do orçamento público, para definições do planejamento urbano municipal, para licenças ambientais ou tantas outras questões relevantes. Quando houver outros assuntos de relevância social, propor a realização de mais audiências junto à Câmara de Vereadores.
- ✓ Utilizar a ouvidoria pública do governo municipal como um canal de denúncias ou sugestões de melhorias para a cidade.
- ✓ Realizar um concurso municipal que vise desenvolver e premiar soluções colaborativas para problemas municipais. Uma ação como essa pode ser viabilizada, por exemplo, por meio da plataforma Cidade Democrática.
- ✓ Candidatar-se a delegado no OP como representante de alguma instituição.



Orientações para a avaliação

As atividades práticas como interações com associações de moradores, audiências, ouvidorias públicas, organizações e mobilizações estudantis, entre outros, podem ser utilizadas para que o estudante avalie a própria participação e de outros jovens nos espaços públicos em prol de causas coletivas e inclusivas.



5. Conceitos de representação

Representação pode ter vários sentidos em português. Gustavo Blázquez (2000, p. 170) escreve que nos dicionários de língua portuguesa o significado de representação é construído em torno de quatro eixos: (i) A representação é “o ato ou efeito de tornar presente”, “patentear”, “significar algo ou alguém ausente”; (ii) A representação é “a imagem ou o desenho que representa um objeto ou um fato”; (iii) A representação é “a interpretação, ou a performance, através da qual a coisa ausente se apresenta como coisa presente”; (iv) A representação é “o aparato inerente a um cargo, ao status social”, “a qualidade indispensável ou recomendável que alguém deve ter para exercer esse cargo”; a representação também se torna “posição social elevada”.

Etimologicamente, trata-se de uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo *repraesentare* que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. Hanna Fenichel Pitkin (1979) diz que o conceito de representação tem um significado altamente complexo. A expansão da palavra “repraesentare” começa nos séculos XIII e XIV, quando se diz que o papa e os cardeais representam a pessoa de Cristo e dos apóstolos. Um outro exemplo é o dos juristas medievais que começaram a usar o termo para personificar a vida coletiva. Desta forma, uma comunidade seria uma *persona non vera sed repraesentata*. Assim, a partir deste momento, o termo representação, passa a significar também “retratar”, “figurar” ou “delinear”. No latim clássico, o termo passa a ser aplicado a objetos inanimados que “ocupam o lugar de” ou correspondem a “algo ou alguém”. Além disso, significa “produzir uma peça”.

Na teoria política, o conceito de representação é encontrado pela primeira vez em 1651, em *O Leviatã*, de Thomas Hobbes.

Para Chartier (2002), a representação é o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constroem significados para o mundo social. É um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada



estratégia de um agente social ou de um grupo social. Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra (2005) consideram que houve uma renovação na historiografia brasileira na década 1984-1991, isso ocorreu não apenas pela incorporação de novos objetos e novas fontes, mas principalmente pela utilização do conceito representação, embora, segundo elas, se possa notar vários problemas relacionados com os usos do mesmo. Observa que a construção do significado do termo representação é repleto de polissemias e sem um significado fixo.

Norberto Bobbio (2000, p. 457) define “representação” em seu significado técnico-jurídico, como “agir em nome de alguém e por conta de um outro”. Assim, a representação é vista como um contrato: o Estado recebe a outorga de seus integrantes, os cidadãos, para, em seu nome, legislar, punir e fazer gestão da coisa pública. O cidadão espera encontrar no Estado a garantia de seus direitos, sendo obrigados a cumprir com deveres convencionados em contrapartida.

Nicola Abbagnano, em seu Dicionário de Filosofia (2007), indica que representação significa “imagem” ou “ideia” ou ambas as coisas e que este termo foi usado pelos escolásticos para se referir ao conhecimento como “semelhança” do objeto.

Retomando a questão da polissemia e do significado dinâmico do termo representação, ressaltamos a contribuição do sociólogo francês Émile Durkheim, que em 1898, criou o conceito de representação coletiva no qual procurava dar conta de fenômenos como religião, mitos, ciência, categorias de tempo e espaço em termos de conhecimento inerente à sociedade. Ao explicar fenômenos como a religião, por exemplo, que, segundo ele, deveria ser pesquisada a partir de investigações que tivessem por objetivo o coletivo. Durkheim, ao propor essa divisão, fundamentava-se na concepção de que as regras que comandam a vida individual são distintas das que comandam a vida coletiva. Para Durkheim, a vida social seria a condição de todo o pensamento. A individualidade se constitui a partir da sociedade. Assim, a representação coletiva, para ele, não é somente a soma das representações individuais, mas um novo conhecimento que pode, inclusive, favorecer uma recriação do coletivo.



Foi a partir da noção de representação “coletiva” da obra de Durkheim que surgiu na psicologia social o conceito de representações sociais. A psicologia social trabalha com as representações sociais no âmbito do seu campo, do seu objeto de estudo – a relação indivíduo-sociedade – e de um interesse pela cognição. Embora não situado no paradigma clássico da psicologia, ela reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc., por um lado e, por outro, como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos. Logo, como interagem sujeito e sociedade para organizar a realidade, como terminam por construí-la numa estreita parceria que passa pela comunicação (ARRUDA, 2007).

Logo, o conceito de representação social se estabelece no limite entre a psicologia e a sociologia, especialmente entre a psicologia e a sociologia do conhecimento. O conceito de Representação Social surgiu do trabalho pioneiro de Serge Moscovici (2012) que, embora motivado pela obra de Durkheim, afasta-se dessa perspectiva sociológica quando considera as representações como algo compartilhado de modo heterogêneo pelos diferentes grupos sociais. Em seu entendimento, representações sociais “são formas de conhecimento socializadas (ou partilhadas por grupos) possuindo aspectos afetivos e simbólicos.”(MOSCOVICI, 2012).

A Representação Social é produzida na construção do cotidiano de cada indivíduo, portanto, a teoria das representações sociais tenta entender as lutas, batalhas, espaços, formas de comunicação desses indivíduos e o que eles produzem de saberes no e pelo cotidiano. Daí, a importância do professor utilizar, se assim preferir, desse método de estudo, para estudar questões como o tema abordado aqui: “Espaços políticos: representação e representatividade” e tantos outros.



Representação e Representatividade

Para Pensar!



Você já pensou o que e/ou quem lhe representa?
Quais motivações e/ou situações a/ leva a permitir ser representado?

Para Hobbes, em *Leviatã*, uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou pessoa, desde que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem essa multidão. Isso porque é a unidade do representante e não a unidade do representado, que faz com que a pessoa seja *una*. E é o representante o portador da pessoa, e só de uma pessoa. Essa é a única maneira possível de entender a unidade de uma multidão. Segundo esse teórico, o caráter unitário da pessoa do representante está alicerçado no consentimento de cada um dos indivíduos que fazem parte de uma multidão humana. E é a partir do consentimento de cada um dos indivíduos que se institui a pessoa política única do Estado. Isso nos leva a pensar que

Representar significa “fazer as vezes do outro” ou “estar no lugar do outro” em um determinado momento ou espaço. Quando alguém se apresenta como representante do bairro ou do movimento, esperamos que ele ou ela vá defender os interesses do bairro ou do movimento em um debate, já que não é possível, muitas vezes, que todas as pessoas do bairro ou do movimento estejam presentes ou se manifestem em um debate. É por isso que existem representantes: para falar em nome de outras pessoas que por algum motivo não poderão apresentar suas demandas e interesses e por isso delegam esta tarefa a uma pessoa.

Uma vez que estamos pensando, eis mais uma indagação: como uma pessoa se torna representante de alguém?

Autorização: “ato em que alguém concede permissão ou consentimento para outrem falar ou agir em seu nome”



Existem diversas formas de autorização de representantes utilizadas por grupos e organizações.

Para Pensar!



Quais os critérios e as formas que são utilizadas em sua organização para escolher uma pessoa para participar de uma reunião na prefeitura ou na Câmara? As pessoas se candidatam? São indicadas? Como?

Na democracia representativa, a autorização é através das eleições (por exemplo, para ser vereador); em outros casos, basta a indicação; e em outros, a combinação dessas duas formas. O fato é que a autorização da representação se dá porque as pessoas pensam que o escolhido é o mais adequado para representá-los, seja porque sabe atuar em nome do grupo ou porque sabe negociar, sabe os problemas do grupo, ou porque é parte daquele grupo, por exemplo, filiado à organização.

Sendo assim, ao discutirmos concepções de representação, observamos que existem conceitos relacionados a essas noções que dão robustez ao debate em tela. Por exemplo, como falar de *representação* sem falar de *representatividade*? Qual a diferença entre elas? Quando alguém que faz parte de uma minoria aparece nas telas, nas capas de revista etc., isso é representação. Ou seja, é uma pessoa que representa um grupo de pessoas. Mas quando alguém ocupa os espaços de decisão, tem o poder de mudar e de fazer com que outras pessoas também tenham poder de decisão, isso é representatividade. Portanto, *representatividade* não é apenas eleger um representante para um grupo, mas sim, *garantir de forma efetiva que todos os grupos sejam representados na mesma medida*.

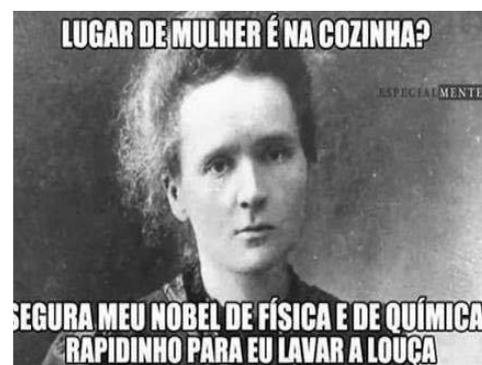
Apesar do conceito de *representatividade* ter origem na política e na democracia, o termo é reivindicado pela sociedade civil quando esta se organiza em *movimentos identitários*. Para Joan Scott (2009), representatividade envolve o reconhecimento e a manutenção entre a igualdade e a diferença, entre direitos individuais e identidades grupais.



A representatividade trabalha de forma que uma pessoa possa se identificar com outra, pelo simples fato de uma conquista, por exemplo, e isso é totalmente ligado à subjetividade que compõe exemplos de representatividade. À título de um exemplo rápido, quando um negro, uma mulher, ou uma pessoa com deficiência, ou uma pessoa LGBTQIA+ alcança um cargo de alto escalão, como a presidência da república, outras pessoas com as mesmas características também se sentem motivadas, e enxergam a possibilidade de um dia estar lá também, e a representatividade é exatamente sobre isso. Sobre as minorias ocupando cargos e chegando exatamente onde querem estar, incentivando e motivando as outras pessoas que se identificam a fazerem o mesmo.

Orientações para realização de atividades

Em sala de aula, para além da discussão teórica, vale muito possibilitar aos estudantes debater casos reais de representação, promovendo reflexões e orientando atividades e ações de intervenção que buscam intermediar as relações entre sociedade e Estado, entre grupos diversos, entre indivíduos, entre representante e representado. Outro recurso a ser trabalhado são charges, fanfics e memes, cuja abordagem criativa, humorística, possibilita ao aluno elaborar e apresentar, de forma crítica e ética, soluções criativas para o tema estudado.



Também sugerimos, experiências inspiradoras, tais como:

Textos:

- ✓ “Representação e Representatividade” de autoria de Hannah Maruci Aflalo, in: <https://votoconsciente.org.br>. Dantas, Humberto. Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências [recurso eletrônico] / Humberto Dantas ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021. Dados eletrônicos (pdf).
- ✓ O Movimento Passe Livre acabou? de Legume Lucas, em 4 de agosto de 2015. Disponível em: Acesso em: 02 de março de 2022.

Filmes como:

- ✓ As Sufragistas. Trata-se de uma ilustração da conquista do voto feminino.
- ✓ Filme Milk: a voz da igualdade, de 2008. Harvey Milk, no início dos anos 1970, em São Francisco (EUA), busca direitos iguais e oportunidades para todos, sem discriminação sexual. Com a colaboração de amigos e voluntários (não necessariamente homossexuais), Milk entra numa intensa batalha política e consegue ser eleito para o Quadro de Supervisor da cidade de San Francisco em



1977, tornando-se o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos.

Sites como:

- ✓ Para saber mais detalhes sobre a composição do Congresso Nacional Brasileiro, consulte os websites do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- ✓ Visite o portal Politize, onde é possível verificar como se busca fazer educação política em ambiente virtual a partir de uma série de conceituações e debates fundamentais. Divirta-se!

Para acompanhar os dados sobre representatividade, recomendamos acompanhar:

- ✓ O portal Gênero e Número: generonumero.media;
- ✓ Os dados da União Parlamentar Internacional (IPU): Inter Parliamentary Union /For democracy. For everyone.
- ✓ O livro “[Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política](#)”, que traz dados e análises importantes sobre gênero e raça na política

Por fim, indicamos algumas organizações que estão atuando ativamente para diminuir as desigualdades de gênero e raça nos cargos eletivos:

- ✓ A Tenda das Candidatas
- ✓ Iniciativas Brasileiras

Orientações para a avaliação

Observar se os estudantes compreendem a importância da representação seja em espaços políticos, sociais, econômicos, culturais ou outros. Se analisam criticamente e se percebem os direitos, deveres e possibilidades de ocupação dos espaços em todos os âmbitos; se criam e se inserem em debates de forma ativa, contributiva, igualitária, criando espaços de ação democrática diversa e agregadora.



6. Desafios e princípios éticos da representação



Para a Filosofia, *ética* é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos. A origem do termo *ética* deriva do grego *ethos* que significa caráter, modo de agir de uma pessoa e “costumes” traços de comportamento de uma sociedade. Assim, *ética* é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade, buscando equidade para que ninguém saia prejudicado, relacionando-se com o sentimento de justiça social. O filósofo inglês Bernard Williams (1929-2003) afirma que o objetivo da *ética* é responder às questões: "Como viver?" ou "Qual é o modo de vida que conduz à felicidade?".

Uma vez que a *ética* é uma reflexão sobre a moral, ou uma filosofia da moral. O que é moral? No latim, *éthos* é *moris*, que significa moral. Ou seja, um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade, e essas normas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano. Desse modo, moral diz respeito aos deveres impostos pela sociedade, como não roubar, não mentir, não matar, dentre outros. Conclui-se, então, que [ética e moral têm sentidos diferentes](#). Isso nos leva a alguns questionamentos: seriam esses os princípios e desafios éticos da representação? Sanches (2013) define representar “como exercício de se pôr no lugar do outro”, como a “capacidade de apresentar recursos comuns, no sentido identitário de uma comunidade”, ou ainda representar no sentido de “atuar por delegação de alguém, como deveriam fazer, por exemplo, os políticos eleitos, representantes de seus eleitores” (SANCHES, 2013, p.180). O autor ressalta a extrema necessidade da reflexão sobre a *ética* e a representação.

Sobre a *ética* na política, desafios e princípios, podemos ler o texto iteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/em-que-e-onde-no-bra



[sil-esta-fazendo-mais-falta-a-etica/27490](#) intitulado “*Em que e onde, no Brasil, está Fazendo mais falta a Ética?*”

Orientações para realização de atividades

O docente poderá envolver a turma com estudos de casos sobre condutas éticas na representação de organizações institucionais da escola e da comunidade, dos partidos políticos e de políticos locais, como por exemplo, do conselho escolar, da associação de moradores, do fórum de justiça, da câmara de vereadores, entre outros.

Para Pensar



De que adianta somente “eu” ser ético? Você também já ouviu esta frase? Sem dúvida, essa questão estimula boas reflexões.

Algumas sugestões:

- Para refletir sobre a decisão individual de cooperar com a coletividade: pesquise em sites de busca sobre “[dilema dos prisioneiros](#)”.

Você sabe o que é “efeito borboleta”? É um conceito da Teoria do Caos segundo o qual uma pequena ação, por mais simples que possa parecer, pode gerar mudanças importantes e significativas. Mesmo que você não acredite nisso, procure agir sempre com ética, com certeza, estará em paz com sua consciência.



Para pensar!

Leia mais sobre a Teoria do Caos e o Efeito Borboleta em GLEICK, JAMES. Caos: a criação de uma nova ciência. Rio de Janeiro: Campus, 1990. É uma leitura agradável, ideal para não iniciados no tema. Há um filme, encontrado nas locadoras com este título "Efeito borboleta", cujo roteiro inspira-se nessa ideia de que pequenas alterações nas condições iniciais podem desencadear grandes transformações.

Para conhecer o parlamentar de sua região digite ou clique:

- Para senador, clique em: <http://bit.ly/1uQcM1b>,
- Para deputado federal em: <http://bit.ly/1GKr0KY>

Conheça o código de Ética que instrui a conduta de seu parlamentar:

- **[Câmara dos Deputados Federais;](#)**
- **[Código de Ética dos deputados estaduais - ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco](#)**

Orientações para a avaliação

Avaliar mediante observação, debates, atitudes, a motivação do estudante em participar de ações de fomento e ampliação da representação em espaços públicos locais, nacionais e internacionais; bem como, se assimilaram a importância da representação e de seu exercício ético, identificando e criando novos significados para o ato de representar uma causa e/ou outrem.



7. Participação, representação e o ambiente escolar

As lutas em prol da democratização, a partir da década de 1980, resultaram na aprovação do princípio da gestão democrática na educação, na Constituição Federal art. 206. No âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando garantir processos coletivos de participação e decisão. Talvez a principal prática envolvendo participação e representação seja as eleições diretas de gestores e implementação de conselhos escolares.

Para Pensar!



Na sua escola existe conselho escolar? Como está organizado? Como ele funciona? Quais são suas atribuições? Quem o compõe? Quem o elege?

A configuração do conselho escolar varia entre os estados, entre os municípios e entre as escolas. A representação através da quantidade de representantes eleitos, na maioria das vezes, depende do tamanho da escola, do número de classes e dos estudantes que ela possui.

Para Pensar!



Na sua escola existe conselho de classe? Como tem sido a sua atuação? Qual o seu papel na avaliação da aprendizagem?



Aqui, compreende-se o Conselho de Classe como um espaço de avaliação permanente, que tem como objetivo avaliar o trabalho pedagógico e as atividades da escola. Neste sentido, é fundamental discutir sua função, sua natureza e seu papel na unidade escolar.

Associação de pais e mestres é um mecanismo e espaço político de participação da comunidade na escola e de aproximação entre os pais e a instituição, e que ultrapassa os muros escolares fortalecendo a democratização da gestão.

Para Pensar!



Você conhece um grêmio estudantil ou outro tipo de organização estudantil? Ele é atuante? Por quê?

O grêmio estudantil foi instituído legalmente por meio da Lei nº 7.398/85, caracterizando-o "como órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição" (VEIGA, 1998, p. 122).

Tem como objetivo formar indivíduos participativos, críticos e criativos, à medida que se constitui numa "instância onde se cultiva o interesse do aluno, para além da sala de aula" (Veiga, 1998, p. 113). Constituindo-se, desse modo, num laboratório de aprendizagem da função política da educação e do jogo democrático, desde a participação dos estudantes nas discussões do cotidiano escolar e em seus processos decisórios.



Orientações para realização de atividades

Para aprofundamento dessa lógica de ações de participação e representação envolvendo o ambiente e a comunidade escolar, o professor poderá promover debates sobre os modos de organização, participação e representação política da comunidade local, sobretudo das instâncias democráticas dentro da escola, como por exemplo, eleições para diretor, a atuação do conselho escolar, a existência ou não de organização estudantil, identificando os princípios éticos que norteiam essas práticas de representação e fomentando que os estudantes formulem sugestões/ações de convivência democráticas através desses mecanismos de gestão democrática. Para tal fim, sugerimos entre outros:

Filmes

- ✓ “A voz do coração” (2003) que trata da educação em direção à autonomia **in:**
http://www.interfilmes.com/filme_14884_a.voz.do.coracao.html)
- ✓ “O jarro” (1992) que trata da construção da moral por meio da vivência moral, refletindo sobre a conservação de valores em uma personalidade ética, **in:**
<http://www.terra.com.br/cinema/drama/jarro.htm>

Orientações para a avaliação

Discussão sobre as experiências de gestão democrática na escola captando o olhar do estudante para os diversos mecanismos de participação e representação no ambiente escolar, bem como ideias dos jovens sobre o tema em estudo.



8. Referencial Bibliográfico

ARENDDT, Hanna (1998) *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 4 ed. São Paulo: UNB, 2004.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLÁZQUEZ, Gustavo. Exercícios de apresentação: Antropologia social, rituais e representações In: CARDOSO, C.F; MALERBA, J. (org) Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p 169-194.

BROCKETT(2015). In: CASTRO. Elias Iná E. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*. Julho-Setembro, 2018.

CAPELATO, M. H. R.; DUTRA, E. R. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org). *Representações: contribuições para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2005. p. 227-267. (Textos do tempo).

CARTA CAPITAL. Ser negro: desafios para a reconstrução da identidade. 2018.

CASTELLS(2015); SMITH(2015); DEANGELIS(2015). In: CASTRO. Elias Iná E. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*. Julho-Setembro, 2018.



**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E ESPORTES**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO**

CASTRO. Elias Iná de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer?
In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*.
Julho-Setembro, 2018.

CHARTIER, Roger. História Cultural – Entre práticas e representações. Lisboa: Difel,
2002.

DANIEL(2002); KOEBEL(2011); HOLSTON(2013); CORWAL (2002, 2007). In: Gohn,
Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*.
2011; 16(47):333-363.

(DANIEL, Justin(2002); KOEBEL, Michel (2011); HOLSTON, James (2013);
CORNWALL, Andrea(2002, 2007); BROCKETT, Charles(2015). In: CASTRO. Elias Iná
de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? In: *Revista do
Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*.
Julho-Setembro, 2018.

D'ALIMONTE, Roberto. Espaço político (2003). In: CASTRO. Elias Iná de. Espaços
públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? In: *Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*.
Julho-Setembro, 2018.

DOWNS, Anthony. Espaço político. In: CASTRO. Elias Iná de. Espaços públicos como
espaços políticos: o que isso quer dizer? In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em
Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*. Julho-Setembro, 2018.



**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E ESPORTES**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO**

GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. “Representação Política e Organizações Cívicas: Novas Instâncias de Mediação e os Desafios da Legitimidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 43-66, 2006.

GLASSNER, Martin *et al.* (1967). In: CASTRO. Elias Iná de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*. Julho-Setembro, 2018.

LEFEBVRE, Henri. (1974) In: CASTRO. Elias Iná E. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*. Julho-Setembro, 2018.

LÜCK, Heloísa. *et al.* *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: Vozes. 2005.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *A psicanálise, sua imagem e seu público* (S. Fuhrman, Trans.): Vozes, 2012.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

PITKIN, Hanna Fenichel. O Conceito de Representação. In : “Política & Sociedade”.
CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. v. 2.

PERNAMBUCO, Currículo de Pernambuco Ensino Médio 2021. Secretaria de Educação, 2021. Disponível em:



**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E ESPORTES**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO**

http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/523/CURRICULO_DE_PERNAMBUCO_DO_ENSINO_MEDIO_2021_ultima-versao_17-12-2021.docx.pdf Acesso em 27 fev. 2022.

_____. Currículo de Pernambuco Ensino Médio 2021. Secretaria de Educação, 2021. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/523/CURRICULO_DE_PERNAMBUCO_DO_ENSINO_MEDIO_2021_ultima-versao_17-12-2021.docx.pdf Acesso em 27 fev. 2022.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/29/9>>. Acesso em: mar. 2014.

_____. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política: Salvador. *Cadernos CRH*, [online], v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>>.

_____. *Redes de movimentos sociais*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2014b.

_____. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012 a.



**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E ESPORTES**

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA GERAL DE ENSINO MÉDIO E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO**

_____. Redes e incidências nas políticas públicas: entre as singularidades e as universalidades. In: MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. (Org.). *Fronteiras abertas da América Latina*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012b.

VEIGA, Ilma P. A. (Org.). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998.

WEFFORT, F. Escola, participação e representação formal. Petrópolis: Vozes, 1995.
Disponível em: acesso em: 03 set.2022.